



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA

Marianne THYSSEN

Emprego, Assuntos Sociais, Aquisição de Competências e Mobilidade Laboral

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Toda a minha vida, fui uma europeia convicta que acredita firmemente no valor acrescentado do processo de integração europeia, no respeito pelos valores nos quais assenta a União e na concretização dos objetivos formulados no TUE.

A União Europeia contribuiu para trazer paz e estabilidade política ao nosso continente e para uma maior prosperidade, e é o nosso melhor garante de podermos exercer influência na esfera mundial e dar resposta aos desafios da globalização.

O meu ideal europeu deve ser entendido em conjugação com outra convicção, a da importância e do valor da economia social de mercado. Todas as economias, todas as sociedades, incluindo a europeia, só podem funcionar quando colocam no cerne das suas preocupações as pessoas.

Reconheço que a crise económica e financeira veio evidenciar uma série de fragilidades no sistema europeu. A adoção de medidas de emergência e as recentes reformas (a União Bancária, a estratégia Europa 2020, o Semestre Europeu) formularam uma resposta neste contexto. Não obstante, a confiança dos cidadãos não foi ainda restaurada. No período que se avizinha, o desafio é desenvolver a UE de uma forma que satisfaça as necessidades e responda às preocupações dos cidadãos. A Europa não é só um mercado e recursos; acima de tudo, a Europa são as pessoas.

A salvaguarda do interesse geral europeu foi o meu cavalo de batalha durante os quase 23 anos em que exerci o mandato de membro do Parlamento Europeu, facto que pode ser confirmado por muitos dos meus colegas. Sempre me esforcei por fazer avançar a Europa, passo a passo e com resultados muito concretos, tendo por base acordos que reuniram amplos apoios políticos no seio do Parlamento Europeu. Fi-lo, por exemplo, na qualidade de relatora em questões como o estabelecimento de mecanismo único de supervisão europeu ou o futuro da União Económica e Monetária. As alterações fundamentais à Diretiva Serviços, que conegocieei enquanto vice-presidente e coordenadora do meu grupo político, são outro exemplo desta atitude política.

Os desafios socioeconómicos sempre foram o tema central do meu trabalho de deputada do PE. Tal é ilustrado pela escolha das comissões parlamentares nas quais estive ativamente envolvida (ECON, EMPL, IMCO, ENVI, Comissão Temporária do Emprego). Enquanto vice-presidente do

meu grupo político, fui responsável pela coordenação dos dossiês socioeconómicos. Antes disso, tive oportunidade de adquirir experiência relevante para o portefólio que me será atribuído, na qualidade de membro do Conselho Socioeconómico da Flandres (SERV), do Conselho Central da Economia Belga (Conseil central de l'économie Belge), do Comité consultivo para a igualdade das mulheres na Flandres (VOV) e do Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound).

A minha motivação continuará inabalável nos próximos cinco anos: dedicar-me à proteção social e ao bem-estar de todos os europeus, e promover a economia social de mercado, tal como consagrada no artigo 3.º do Tratado. O emprego é a primeira prioridade de todos os europeus e será também a minha enquanto membro da Comissão. Ter um emprego e poder exercê-lo em condições de segurança são as melhores garantias de prosperidade e dignidade humana. Além disso, é uma fonte de autoestima e de desenvolvimento pessoal, condição prévia para uma vida feliz. A economia social de mercado deve também incluir uma rede de segurança adequada, com uma forte proteção social das pessoas que (já) não estão em condições de trabalhar por motivo de doença, deficiência, idade, responsabilidades temporárias ou permanentes de cuidados. Ao mesmo tempo, uma sociedade saudável incentiva as pessoas a assumir responsabilidades se forem capazes disso, sem esquecer os que correm o risco de ficar para trás e não conseguem avançar, em especial as pessoas ameaçadas de exclusão e/ou pobreza. Essa será a minha dupla motivação.

Dos dez objetivos delineados pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker no seu «Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática», seis centram-se explicitamente num novo crescimento económico e em mais emprego. Estou plenamente empenhada na consecução destes objetivos. A igualdade social será também uma das ambições a que dedicarei especial atenção. A crise tem tido um preço elevado. Nos próximos cinco anos, a nossa política terá de atender às consequências sociais de cada intervenção possível em todas as áreas. Esta é uma condição sine qua non da restauração necessária da confiança das pessoas no projeto europeu.

No que respeita à minha independência, comprometo-me a cumprir as obrigações de independência e integridade, tal como descritas no artigo 17.º do TUE e nos artigos 245.º e 339.º do TFUE. Declaro ainda que respeitarei as normas éticas consubstanciadas nos referidos artigos e no Código de Conduta dos Comissários.

Em conformidade com o Código de Conduta dos Comissários, redigi a minha declaração de interesses e divulguei-a publicamente, e comprometo-me a atualizá-la sempre que tal se revelar necessário no futuro. Do mesmo modo, prometo evitar toda e qualquer situação que possa pôr em causa a minha independência ou disponibilidade para com a Comissão. Enquanto Comissária, abster-me-ei de exercer qualquer outro cargo público ou exercer outra atividade profissional, seja ou não remunerada.

Comprometo-me a informar imediatamente o Presidente da Comissão de qualquer situação suscetível de gerar um conflito de interesses com o desempenho das minhas funções oficiais.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Enquanto membro do Colégio dos Comissários, respeitarei inteiramente o princípio da colegialidade. Sempre encarei a política como um trabalho de equipa, e não como uma soma de ambições e aspirações individuais. A nova estrutura da Comissão proporciona aos Comissários um máximo de oportunidades a este respeito.

Nas áreas sob a minha responsabilidade, comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com os Vice-Presidentes relevantes e os meus colegas Comissários para garantir a consecução dos objetivos definidos pelo Presidente eleito no Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática.

Tendo sido membro do Parlamento Europeu ao longo de mais de quatro legislaturas, não constitui surpresa o maior respeito que nutro pelo Parlamento e por tudo o que representa. A responsabilidade perante o Parlamento implica responsabilidade perante as pessoas diretamente eleitas pelos cidadãos, o que significa responsabilidade perante os próprios cidadãos. Tal começa com as audições e prometo solenemente velar por que, nos próximos cinco anos, o Parlamento seja respeitado no seu papel e nos seus direitos, tanto por mim como pelos meus serviços. Considero o Parlamento, em geral, e a Comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais, em particular, aliados cruciais na prossecução do interesse europeu comum e um garante de que as decisões tomadas a nível europeu refletem as necessidades dos cidadãos europeus.

Enquanto membro do Colégio de Comissários, comprometo-me a, nas minhas relações com as duas instituições, tratar em pé de igualdade o Parlamento Europeu e o Conselho sempre que os Tratados lhes conferem os mesmos poderes.

No que respeita ao acompanhamento das posições e dos pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do Acordo-quadro e, nas minhas áreas de responsabilidade, certificar-me-ei que a Comissão dá resposta a resoluções ou pedidos parlamentares feitos com base no artigo 225.º do TFUE no prazo de três meses após a sua adoção. Neste contexto, apoio e subscrevo plenamente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker de que a futura Comissão estará particularmente atenta a relatórios de iniciativa legislativa.

Aguardo com expectativa poder trabalhar com a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e as outras comissões pertinentes para o meu portefólio, num espírito construtivo e de confiança mútua.

Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais:

3. Prioridades:

Como vê o desenvolvimento do papel da Comissão responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Aquisição de Competências e Mobilidade Laboral durante o próximo mandato? Quais são as suas ambições e como pensa que a UE poderá acrescentar valor às vidas dos nossos cidadãos nos domínios do emprego e dos assuntos sociais? Quais são as prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do seu domínio de competências, tendo em conta a crise financeira, económica e social, bem como o compromisso com o desenvolvimento sustentável? De que forma irá reforçar o envolvimento do Parlamento Europeu na preparação de Atos Delegados, em particular no que respeita à informação e ao acesso às reuniões de peritos? Compromete-se a melhorar a transmissão de documentos do direito derivado e de comitologia?

(Papel na Comissão e perante o Parlamento)

O desafio da próxima Comissão será impulsionar o emprego e o crescimento na União Europeia. A crise ainda não chegou ao fim e não chegará enquanto 26 milhões de homens e mulheres estiverem desempregados. O meu papel será contribuir para criar as condições que permitam a todos encontrar trabalho no nosso mercado único ainda inacabado. Entretanto, constato também que, durante a crise, o número de europeus a viver na pobreza aumentou drasticamente e as desigualdades acentuaram-se, colocando em risco a justiça e a eficácia da nossa economia social de mercado.

Paralelamente, os efeitos da crise são particularmente graves porque vêm juntar-se a problemas estruturais que não tiveram uma resposta adequada: a população está a envelhecer, com impacto profundo na nossa força de trabalho. São claros os indícios de desadequação entre a oferta e a procura de competências nos Estados-Membros. Apesar do desemprego elevado, alguns setores debatem-se com a falta de trabalhadores especializados. Muitos empregos foram destruídos durante a crise e não poderão ser substituídos se não investirmos nas oportunidades geradas pelo progresso tecnológico e pela utilização eficaz da energia e dos recursos. Este objetivo só será atingido se proporcionarmos, com urgência, melhores oportunidades para os trabalhadores se adaptarem às mudanças.

A mim, é-me dada a oportunidade de começar de novo. A minha principal prioridade será trabalhar com os meus colegas e obter resultados práticos no contexto do Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática, definido por Jean-Claude Juncker. Trabalharei ao lado de dois Vice-Presidentes e de outros Comissários para garantir que as atividades da Comissão têm em devida conta considerações sociais e de emprego. Tal está subjacente à orientação política da nova Comissão, que assenta numa colegialidade genuína e conta entre os seus objetivos fundamentais a criação de emprego.

Mais especificamente, confiro particular importância a garantir que a dimensão da criação de emprego e, de um modo mais geral, a dimensão social da UE e da UEM seja considerada com maior ênfase no contexto do Semestre Europeu, da revisão da estratégia Europa 2020 e nos trabalhos futuros para aprofundar a União Económica e Monetária.

Caso venha a ser confirmada como Comissária, velarei pelo pleno cumprimento do Acordo-quadro que estabelece a igualdade de tratamento nas relações da Comissão com o Conselho e o Parlamento no âmbito do procedimento legislativo ordinário. Mas, para além deste compromisso, estou disposta a estabelecer uma estreita relação de trabalho, em especial com as Comissões parlamentares do Emprego e dos Assuntos Sociais e dos Assuntos Económicos e Monetários. Para tal, estabelecerei um diálogo permanente com os membros das Comissões e participarei nas suas reuniões numa base regular. Certificar-me-ei igualmente de que os membros da Comissão do Emprego sejam regularmente informados da situação relativa aos dossiês pelos quais serei responsável. Quando necessário, procurarei o vosso contributo político e até mesmo o vosso apoio para fazer avançar esses dossiês e garantir a concretização dos seus objetivos em benefício dos cidadãos da UE que representam.

(Ambições e valor acrescentado)

A minha ambição é fazer tudo o que está ao meu alcance para contribuir, juntamente com os meus colegas, com os parceiros sociais, convosco e com os Estados-Membros na qualidade de

colegisladores, para fazer do crescimento uma realidade em toda a UE. Um crescimento sustentável, traduzido em mais postos de trabalho e na redução da pobreza enquanto fator primordial da prosperidade. Para alcançar este objetivo, o valor acrescentado da UE pode e deve servir de catalisador para estimular a criação de uma sociedade em que a cada indivíduo é oferecida uma oportunidade e em que cada um assume responsabilidades por si mesmo, mas também pelo bom funcionamento do conjunto da sociedade.

É à UE que cabe propor e monitorizar o desenvolvimento de um mercado de trabalho dinâmico e integrado, que substitua os 28 mercados divergentes, onde as empresas, num ambiente propício, possam tirar partido das competências disponíveis no mercado único e satisfazer a vontade dos trabalhadores de desenvolver as respetivas carreiras, melhorar as suas aptidões e, ao mesmo tempo, usufruir dos seus direitos.

A UE contribuirá para uma coordenação mais eficaz dos esforços públicos e privados que visam melhorar a participação no mercado de trabalho e facilitar a interação entre empresas e candidatos a emprego, em especial para as PME, por um lado, e para os jovens e os desempregados de longa duração, por outro. Por último, a UE deve apoiar reformas estruturais nos Estados-Membros de modo a garantir uma proteção social a todos os cidadãos que precisem da nossa ajuda.

Acredito que a crise teve por efeito um cansaço por parte dos Estados-Membros em proceder a reformas. É necessário gerar uma nova dinâmica e um maior sentimento de apropriação das reformas junto dos principais agentes, isto é, as empresas e os trabalhadores ou os candidatos a emprego e seus representantes.

Há que relançar o diálogo social a nível da UE. Para a UE, o objetivo é reforçar o impacto e a eficácia do processo de reformas. Para tal, há que melhorar o envolvimento de todos os agentes fundamentais na governação da UE de modo a gerar um consenso sobre as ações prioritárias para criar emprego e crescimento no terreno, e explorar todas as potencialidades do mercado único para construir uma sociedade onde todos se sintam bem e assumam responsabilidades.

(Principais prioridades)

A minha ação política centrar-se-á em quatro prioridades - promoção do emprego, justiça, competências e mobilidade - que correspondem à área de competência que me será confiada. Procurarei levar a efeito ações concretas nessas áreas que se repercutam positivamente nos cidadãos.

- Investimento no crescimento e no emprego

De modo a contribuir para a mobilização de 300 mil milhões de euros em novos investimentos públicos e privados para estimular a economia nos próximos três anos, assegurarei a plena utilização dos nossos instrumentos de financiamento e velarei por reforçar a sua eficácia. A minha abordagem passará por trabalhar com os Estados-Membros para acelerar e estender a execução do programa Garantia para a Juventude e garantir que são canalizados fundos suficientes para projetos destinados a reduzir o desemprego juvenil. Como parte do pacote global a apresentar pela Comissão no primeiro trimestre do seu mandato, incentivarei o uso de instrumentos financeiros inovadores, tanto a nível nacional como europeu, no sentido de recorrer a empréstimos ou garantias para estimular a criação de postos de trabalho e de novas empresas. É possível levar mais longe o potencial do atual instrumento de microfinanciamento a nível da UE.

Dado que esses recursos são limitados, velarei por que sejam financiadas apenas as ações suscetíveis de contribuir para objetivos prioritários mensuráveis, sendo a sua execução acompanhada de perto e os resultados comunicados ao Parlamento de forma transparente e regular. Se se tornar evidente que uma determinada ação não está a produzir os resultados previstos, certificar-me-ei de que são feitos os ajustes necessários ou de que a ação em causa seja suspensa, de forma a canalizar os recursos para medidas mais eficazes. Hoje, mais do que nunca, não temos tempo nem dinheiro a perder.

- Estratégia Europa 2020

Até ao momento, não conseguimos concretizar um conjunto de objetivos fixados na estratégia Europa 2020. A participação no mercado de trabalho, em vez de aumentar, diminuiu, e a pobreza, em vez de diminuir, aumentou. Uma preocupação particular é a crescente população de idosos em circunstâncias vulneráveis. Este é o resultado da crise económica e financeira e das suas

consequências, mas mostra-nos igualmente que nem todos os sistemas de pensões europeus estão em condições de dar uma resposta adequada à evolução demográfica.

A estratégia Europa 2020 é atualmente objeto de uma revisão. O objetivo é recuperar os atrasos e reorientar as nossas ações para que possam concretizar, eficaz e atempadamente, os objetivos definidos em 2010 e que permanecem hoje perfeitamente válidos.

O Semestre Europeu (a Análise Anual do Crescimento, o Relatório Conjunto sobre o Emprego e as recomendações específicas por país) demonstrou ser uma ferramenta eficaz para atenuar o impacto da crise a nível europeu e coordenar as políticas económicas nos Estados-Membros. O Pacote do Emprego e o Pacote de Emprego dos Jovens, lançados pela Comissão, foram desenvolvidos neste contexto. Estou convencida de que o Semestre Europeu é o veículo adequado para prosseguir a modernização dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social, tornando-os mais eficazes e mais equitativos, aproveitando as melhores experiências e respeitando as especificidades e necessidades nacionais e regionais.

- Emprego dos jovens

A UE tem adotado várias medidas com o objetivo de ajudar os jovens a aceder ao mercado de trabalho, em especial a Garantia para a Juventude, apoiada financeiramente pela Iniciativa para o Emprego dos Jovens. Entre estas medidas, contam-se também a Aliança Europeia para a Aprendizagem e o Quadro de Qualidade para os Estágios. A minha prioridade será acelerar a sua implementação, alargar o seu âmbito e, se necessário, propor novas ações. Os instrumentos financeiros contribuirão com verbas significativas para os melhores projetos, suscetíveis de ajudar a geração mais nova a regressar ao mundo do emprego em postos de trabalho de qualidade. A revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual, agendada para finais de 2016, deverá constituir a oportunidade de reforçar a tónica do orçamento da UE em ações e medidas que tenham maiores possibilidades de melhorar o ambiente empresarial e a competitividade, e contribuir assim para o crescimento e a criação de emprego para os jovens.

- Mobilidade

Dispomos de uma mão-de-obra especializada e competente, mas que está a ser subaproveitada em todo o mercado único. O mercado de trabalho da UE continua a padecer de fragmentação, principalmente em virtude das crescentes divergências na procura de mão-de-obra entre os países da UE, das discrepâncias nos níveis salariais e normas sociais e dos níveis cada vez mais preocupantes de exclusão social. Promoverei a livre circulação de trabalhadores como um dos fatores essenciais de sucesso do mercado interno. Juntamente com os Estados-Membros e os parceiros sociais, temos de velar pelo cumprimento das regras vigentes e combater todos os abusos possíveis. Neste ponto, preciso do empenho dos Estados-Membros, que muitas vezes se queixam, mas cujos mecanismos de cumprimento não são os mais adequados.

- Competências

O desemprego maciço coexiste com um acesso desequilibrado aos sistemas de ensino, uma força de trabalho em envelhecimento, escassez de trabalhadores especializados e desadequação entre a oferta e a procura de competências. Não nos devemos limitar a discutir a necessidade de educação contínua, temos, sim, de apresentar programas concretos. A crise tornou mais difícil a entrada nos mercados de trabalho nos Estados-Membros, multiplicando assim o risco de exclusão social e de perda de gerações. O meu objetivo é melhorar a participação no mercado de trabalho, através de uma coordenação equilibrada de esforços por parte dos poderes públicos e das empresas, designadamente destinados aos desempregados de longa duração.

- Justiça social

No centro dos meus esforços estará a preocupação de dar às pessoas confiança no futuro e incentivá-las a usar todas as potencialidades do mercado de trabalho da UE. Por conseguinte, a proteção social é um investimento primordial na nossa prosperidade. Os sistemas de proteção social na UE têm de ser eficazes. Ao mesmo tempo, o envelhecimento demográfico está a colocar os idosos e os sistemas de proteção social sob enormes pressões. Os Estados-Membros que dispõem dos sistemas sociais mais eficazes contam-se entre as economias mais bem-sucedidas e competitivas. Igualmente proeminentes na minha agenda serão a promoção de políticas de apoio a grupos vulneráveis e o combate à exclusão social e à pobreza. Dado que esta é uma área onde a subsidiariedade constitui um importante fator, tenciono trabalhar em estreita colaboração com os parceiros sociais e os Estados-Membros para coordenar ações e conjugar esforços para promover

a justiça social na União Europeia.

Sozinha, não consigo concretizar estas prioridades. Este será um esforço de equipa com os meus colegas Comissários dentro da Comissão, e fora dela, com o envolvimento dos Estados-Membros, os parceiros sociais a nível europeu e nacional, a sociedade civil e outras partes interessadas. Obviamente, o Parlamento Europeu, fonte da nossa legitimidade democrática, será um parceiro fundamental.

(Transparência e envolvimento na comitologia do PE)

Procurarei garantir que qualquer desenvolvimento significativo seja comunicado na íntegra a todas as Comissões ao mesmo tempo que ao Conselho. Nas áreas sob a minha responsabilidade, velarei pelo pleno respeito pelos compromissos assumidos pela Comissão, em conformidade com o Entendimento Comum sobre os Atos Delegados e o Acordo-quadro. Tal diz particularmente respeito ao compromisso de efetuar consultas adequadas e transparentes de peritos aquando da preparação de atos delegados e assegurar que o Parlamento e os Estados-Membros recebem todas as informações relevantes. Significa igualmente o pleno cumprimento das disposições relativas à participação do Parlamento Europeu em reuniões de grupos de peritos, o que deverá facilitar o exercício de controlo, em especial dos atos delegados, nos casos em que o Parlamento dispõe de direitos de controlo ex post.

4. Iniciativas legislativas e não legislativas:

Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário?

Tenciono contribuir significativamente para a revisão da estratégia Europa 2020. Temos de passar da gestão da crise para uma verdadeira estratégia de longo prazo para apoiar o crescimento sustentável. Apesar de haver 26 milhões de pessoas desempregadas, alguns Estados-Membros têm níveis de desemprego muito baixos, começam a registar escassez de trabalhadores devido ao envelhecimento e, mesmo em Estados-Membros com elevado desemprego, alguns setores têm dificuldades em recrutar. Isto sugere que os mercados de trabalho da UE não estão a funcionar devidamente. Um dos principais objetivos será usar todos os instrumentos políticos, legais e financeiros no âmbito das minhas competências para imprimir uma nova dinâmica à consecução dos objetivos definidos em 2010 na estratégia Europa 2020, que, na minha opinião, se inscrevem perfeitamente nos esforços para sair da crise.

Contribuirei ativamente para a realização do projeto destinado a reequilibrar, racionalizar e reforçar o Semestre Europeu, em especial para garantir a consideração devida das políticas sociais e de emprego. Prestarei atenção particular à necessidade de melhorar o envolvimento das partes interessadas também na governação económica.

Acredito que o bom funcionamento da União Económica e Monetária exige uma maior convergência das políticas do mercado de trabalho entre os membros da área do euro. Implica também que cada programa futuro de apoio condicional à estabilidade aos países da área do euro em dificuldades seja objeto de uma avaliação do impacto social.

Tal como destacado pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker, a livre circulação de trabalhadores tem sido sempre um dos pilares fundamentais do mercado interno e encerra múltiplas oportunidades para a economia. Estudos realizados evidenciam o seu efeito positivo no preenchimento das lacunas de mão-de-obra, na redução do desemprego e no aumento do PIB. Os atuais fluxos e intenções de mobilidade, medidos em sondagens, mostram que há um potencial de mobilidade significativo por explorar na União Europeia. Por conseguinte, avançarei com propostas para a modernização e a reforma da plataforma EURES, de modo a apoiar o emprego e a correspondência entre candidatos e ofertas de emprego através da mobilidade.

Trabalharei com as partes interessadas para desenvolver ferramentas eficazes para o reconhecimento de competências e qualificações e para antecipar as necessidades de competências, em especial em setores com fortes potencialidades de criação de emprego (economia verde, TIC, saúde). Tenciono ainda mobilizar todos os instrumentos políticos, legais e financeiros no âmbito das minhas competências para imprimir uma nova dinâmica à ação da Comissão no domínio da formação profissional e ao ensino de adultos, aproveitando práticas de aprendizagem dual com base nos primeiros resultados da Aliança para a Aprendizagem.

Como é óbvio, enquanto Comissária responsável pela mobilidade laboral, trabalharei em conjunto com as autoridades nacionais para garantir que as regras vigentes são bem compreendidas e implementadas, e para as ajudar a combater abusos ou pedidos fraudulentos. Por conseguinte, apoiarei a transposição efetiva e a implementação da diretiva de execução relativa ao destacamento dos trabalhadores e avançarei com uma revisão específica do texto para assegurar que não existe dumping social na UE.

Pretendo igualmente prosseguir a política da Comissão de ajudar a melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores na UE e reduzir os problemas de saúde relacionados com o trabalho. Está em curso uma avaliação ex post exaustiva de 24 diretivas e os resultados deverão ser conhecidos até final de 2015. Em função desses resultados, decidirei então qual a direção seguir.

Na sequência de duas tentativas goradas por parte dos legisladores de rever a Diretiva Tempo de Trabalho, a Comissão está a empreender uma avaliação de impacto aprofundada, que deverá estar finalizada durante o primeiro semestre de 2015. Aproveitando as ilações retiradas do fracasso das negociações, procurarei um consenso entre os legisladores, mas também o envolvimento ativo dos parceiros sociais, para ajustar as regras da UE aos novos padrões e necessidades laborais.

Por último, com vista a relançar o diálogo social a nível da UE, tenciono propor uma revisão com a participação dos parceiros sociais da UE e todos os líderes nacionais de organizações de empregadores e sindicatos. Tal dar-nos-á a oportunidade de melhorar o uso dos instrumentos de diálogo social existentes e de analisar formas de envolver mais estreitamente os parceiros sociais no processo do Semestre Europeu, aos níveis europeu e nacional.

Enquanto Comissária, estou determinada a associar as prioridades políticas, e nomeadamente as recomendações específicas por país, aos recursos financeiros disponíveis para o investimento nas pessoas aos níveis nacional e europeu, tais como o Fundo Social Europeu e a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, o Programa de Emprego e Inovação Social da UE e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Esforçar-me-ei para maximizar o desempenho destes programas e as suas sinergias com instrumentos financeiros nacionais, designadamente através de parcerias público-privadas, a fim de apoiar a inovação social, promover a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida e reforçar as sinergias com outros programas da UE.

Para alcançar resultados concretos, apoiarei igualmente iniciativas dos meus colegas destinadas a dinamizar a criação de empregos pelas empresas, tais como as relacionadas com a definição do quadro normativo certo para repor a confiança das empresas e incentivá-las ao investimento, os regimes de tributação, a qualidade das administrações públicas e o mercado digital único.

5. Opiniões em detalhe:

Quais são os seus pontos de vista sobre os seguintes temas?

I. Política de emprego

- Desemprego na UE, com um destaque especial para o desemprego dos jovens e tendo em conta os desafios do envelhecimento da população, bem como as desigualdades a nível do emprego entre as pessoas com e sem deficiência;

- Adequação das competências às necessidades do mercado de trabalho;

Tal como já referi, o desemprego é um dos desafios mais importantes para a nova Comissão e para mim, em particular. Temos de encontrar o equilíbrio certo entre a oferta e a procura de mão-de-obra nas políticas do mercado de trabalho. A procura de mão-de-obra tende a ser modesta em tempos de recessão, facto que resulta da incerteza, da diminuição da confiança e da fraca procura agregada. Os esforços políticos devem, pois, centrar-se primeiramente na criação de condições favoráveis à contratação. As medidas já adotadas no quadro da Garantia para a Juventude devem ser aceleradas e o seu âmbito deve ser progressivamente alargado. A minha principal prioridade será a implementação desta iniciativa, mas, obviamente, proporei novas ações para apoiar a transição dos jovens da esfera educativa para o mundo do trabalho, por exemplo no contexto do empreendedorismo dos jovens ou de regimes de aprendizagem transfronteiriços.

Há que resolver os estrangulamentos estruturais dos mercados de trabalho nacionais. As reformas devem ter por objetivo mercados de trabalho mais dinâmicos e inclusivos. Tal significa acabar com a segmentação dos mercados de trabalho - em especial no que respeita aos diferentes contratos laborais -, modernizar os regimes de segurança social mediante uma cobertura adequada e os incentivos certos à procura de emprego, fomentar políticas ativas do mercado de trabalho e da aprendizagem ao longo da vida, bem como facilitar a inclusão dos trabalhadores mais velhos.

Em 2011, a Comissão comprometeu-se a ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. As medidas para dar corpo a este compromisso estão definidas na Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020. Neste contexto, analisarei os progressos e considerarei formas de avançar no sentido de uma Europa livre de obstáculos para as pessoas com deficiência.

A Europa tem de fazer face a importantes catalisadores de mudança - a globalização, as alterações climáticas, a inovação digital - que intensificam a concorrência na procura de talentos e competências. Ao mesmo tempo, o aumento drástico do desemprego estrutural na UE revela a existência de desadequações entre a oferta e a procura de competências. A escassez de competências que existe em certas profissões em muitos Estados-Membros, tais como as ligadas às TIC, à saúde ou às engenharias, deve ser objeto de atenção prioritária. Do mesmo modo, há que dar solução ao problema da desadequação geográfica demonstrada pelas diferenças entre as ofertas de emprego e as taxas de desemprego nos Estados-Membros, designadamente através da melhoria da mobilidade laboral em todo o mercado único.

II. Política social e governação

- Inclusão social dos grupos mais vulneráveis e aumento da pobreza na UE;

- Disparidades salariais entre homens e mulheres;

- Dimensão social e papel do Parlamento Europeu no que respeita ao processo de governação económica;

- Autonomia dos parceiros sociais em termos de governação económica e o trabalho da troica;

Durante a crise, foram adotadas medidas sem precedentes; eram necessárias, mas tiveram importantes consequências sociais. Temos agora de analisar mais atentamente este impacto social no contexto do Semestre Europeu e da revisão da estratégia Europa 2020. Contribuirei para o projeto de aprofundamento da União Económica e Monetária, tendo sempre em mente a dimensão social.

A utilização mais eficaz dos talentos e das competências das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para colmatar o fosso salarial entre homens e mulheres. É também importante no que respeita aos futuros direitos de pensão das mulheres. A política de emprego tem de atender a este aspeto, em especial no que respeita ao aumento da participação feminina na economia. Através do Semestre Europeu, reforçarei a monitorização do desempenho dos Estados-Membros em possibilitar a homens e mulheres a participação no mercado de trabalho e, sempre que necessário, proporei recomendações nesse sentido. Envidarei igualmente esforços para acompanhar as medidas adotadas pelos Estados-Membros para aumentar a transparência salarial.

Tal como o Presidente eleito Jean-Claude Juncker mencionou, o diálogo com o Parlamento tem de ser político e não tecnocrático. Por conseguinte, posso garantir-vos que as opiniões manifestadas pelo Parlamento durante o Semestre Europeu, durante a semana parlamentar e em qualquer outra ocasião sobre questões de governação económica serão devidamente tidas em consideração. Se for confirmada como Comissária, contribuirei para o trabalho do Vice-Presidente responsável pelo euro e o diálogo social no sentido de racionalizar e reforçar o Semestre Europeu de coordenação de política económica. O Semestre Europeu deve ser o veículo para prosseguir a modernização dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social.

Jean-Claude Juncker afirmou que quer ser o presidente do diálogo social. Subscrevo inteiramente este compromisso. As importantes reformas destinadas a melhorar o desempenho do mercado de trabalho e promover a criação de empregos só podem ser bem-sucedidas e sustentáveis se forem amplamente compreendidas e apoiadas pela população. Acredito firmemente que o diálogo social

em países do programa é essencial para reforçar o sentimento de apropriação da estratégia de ajustamento e reformas. Por conseguinte, estou empenhada em forçar um novo compromisso por parte dos parceiros sociais no sentido da definição de uma resposta eficaz aos desafios que se colocam nesses países. Tal como referiu o Presidente eleito Jean-Claude Juncker, para além de serem objeto de avaliações de sustentabilidade orçamental, qualquer programa futuro de apoio condicional à estabilidade aos países da área do euro deve ser acompanhado de avaliações do impacto social. Tal servirá para assegurar que é colocada uma tónica especial na avaliação do provável impacto económico e social das medidas do programa propostas, de forma integrada.

III. Condições de trabalho

- **Melhoria dos direitos dos trabalhadores e das condições laborais;**
- **Falso trabalho por conta própria;**
- **Ambiente propício a que as empresas criem emprego, incluindo o empreendedorismo;**
- **Revisão da Diretiva relativa ao tempo de trabalho, tendo em conta, inter alia, os aspetos de saúde relacionados com o tempo de trabalho;**
- **Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de janeiro de 2013, que contém recomendações à Comissão sobre a informação e consulta dos trabalhadores, a antecipação e a gestão da reestruturação (2012/2061(INI));**

No atual contexto, a proteção e a melhoria da qualidade do trabalho e a criação de empregos sustentáveis afiguram-se ainda mais críticas para conseguir um crescimento inclusivo e, ao mesmo, cumprir o objetivo de elevada participação no emprego. A UE tem já em vigor um significativo corpo legislativo de proteção aos trabalhadores. Estas leis podem ser revistas para garantir que são eficazes e, ao mesmo tempo, não impõem encargos demasiado elevados ou têm efeitos negativos na competitividade da nossa economia. É por este motivo que, por vezes, é necessário legislar a nível europeu e, em outros casos, a melhor abordagem passa pela adoção de instrumentos jurídicos não vinculativos. O respeito pelo princípio da proporcionalidade e o bom funcionamento do mercado interno serão fundamentais para garantir que só serão implementadas as medidas necessárias para atingir estes objetivos.

De um modo mais geral, tenciono discutir com os Estados-Membros formas atípicas de trabalho e a qualidade do trabalho, por forma a identificar a possível emergência de casos de abuso. Esforçar-me-ei igualmente por suprimir os obstáculos legais à criação de postos de trabalho, através do estabelecimento de um ambiente mais propício ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de PME, que são as principais responsáveis pela criação de emprego na UE. Neste contexto, a Comissão prestará particular atenção à opinião dos parceiros sociais, designadamente aos resultados das atuais negociações entre os parceiros sociais da UE sobre uma análise conjunta dos desafios do mercado de trabalho.

Acredito que a cooperação entre os Estados-Membros é também vital para melhorar a eficácia do combate aos abusos. Motivo pelo qual defendo veementemente - tal como espero o Parlamento venha também a fazer - a recente proposta da Comissão para criar uma plataforma da UE de combate ao trabalho não declarado, graças à melhoria da cooperação entre as diferentes autoridades nacionais de execução. Este trabalho coletivo deverá abranger formas de trabalho falsamente declarado ou falso trabalho por conta própria.

No que toca à antecipação e à gestão da reestruturação, é vital acompanhar de perto a implementação do quadro de qualidade proposto pela Comissão. Este quadro terá de ser revisto em 2016. Do mesmo modo, terá também de ser analisada a possível consolidação das três diretivas existentes em matéria de consulta e informação dos trabalhadores.

IV. Livre circulação

- **Livre circulação e direitos de segurança social;**

- Dumping social;

- Relação entre os direitos fundamentais dos trabalhadores e as liberdades económicas no mercado interno;

A proibição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade consagrada no Tratado aplica-se obviamente à livre circulação de trabalhadores. As atuais regras de segurança social da UE determinam que os cidadãos móveis da UE não perdem os seus direitos de proteção social quando se deslocam para outro Estado-Membro. Por conseguinte, qualquer alteração potencial a estas regras tem de ser cuidadosamente avaliada à luz desta exigência do Tratado, com base em factos e números sólidos, bem como das suas consequências para todas as partes envolvidas. Estou disposta a debater com os Estados-Membros quaisquer preocupações que possam ter a este respeito. Ajudá-los-ei a tomar e a coordenar as medidas adequadas para combater fraudes e abusos. Não obstante, a liberdade de circulação continua a ser um pilar fundamental do mercado interno.

No que respeita à luta contra o dumping social, o primeiro passo para a nova Comissão será o de apoiar ativamente o processo de transposição efetiva e a implementação da nova diretiva de execução relativa ao destacamento dos trabalhadores. É essencial que este novo instrumento produza resultados concretos nos próximos anos. Em paralelo, lançarei uma revisão do texto que terá em conta as especificidades do destacamento, o seu papel no contexto do mercado único e os progressos alcançados na eficácia do combate aos abusos e às fraudes, com base nas disposições da nova diretiva.

V. Aplicação da legislação

- Aplicação por parte dos Estados-Membros da legislação da UE nos domínios de competência da Comissão EMPL por meio do direito derivado da UE (atos de execução e atos delegados).

Prestarei especial atenção à correta implementação do corpo legislativo da UE nas áreas sociais e de emprego. Isto significa que acompanharei atentamente a transposição e a aplicação das diretivas atualmente em vigor, darei apoio e assistência aos Estados-Membros para assegurar a sua correta aplicação e adotarei as medidas legais necessárias contra os Estados-Membros, nos casos em que tal for necessário. Estou disponível para prestar atempadamente ao Parlamento Europeu as informações necessárias.